

Por que o Brasil importa gás boliviano?

O emprego de algum tipo de gás de origem fóssil na matriz energética brasileira existiu em todo o século XX. Não o gás natural, cuja existência se dá exclusivamente em jazidas específicas.

O fato é que não havia efetivamente consumo nacional para o gás natural. Para o gás liquefeito de petróleo havia empresas estatais criadas para trabalhar seu fornecimento aos centros urbanos relevantes, capitais de estados, sobretudo.

O Tratado de La Paz, de 1996, firmado entre a Bolívia e o Brasil, procurou fazer de um tema doméstico – o fornecimento de energia elétrica – algo de interesse diplomático que ajudasse nas boas relações internacionais. A década de 1990 é peculiar para a história da energia, em princípios gerais, pois passou a ser assunto de atração para a política internacional sul-americana. Isto porque nos anos 90, notadamente em 1994, já havia métodos de se perceber a crise de energia elétrica por que passou o Brasil em 2001, o chamado apagão, que assustou o país e o forçou a mudar a perspectiva de crescimento.

O uso do gás natural foi encarado como algo interessante para a dificuldade nacional. A construção do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) foi visto como saída viável no médio prazo.

Com a quantidade de gás natural, o Brasil poderia mitigar sua crise e poupar capital em grandes obras de infra-estrutura. Incentivos foram dados para que parte do empresariado brasileiro trocasse fornos elétricos pelos a gás. E o uso do insumo foi além, passou também a ser usado na movimentação de carros de passeio e táxis.

Entretanto, com a eleição de Evo Morales na Bolívia que, em parte, simboliza o esgotamento dos antigos programas governamentais naquele país, o fornecimento do gás natural ao Brasil encontrou grande obstáculo. A presidência Morales iria fazer do carburante a razão para levar justiça social aos índios, historicamente desalojados do poder pela oligarquia urbana, os crioulos. Desta forma, a escolha do atual presidente fora entendida como uma virada de página da história; o começo da era sob o poder indígena na Bolívia com o Movimento ao Socialismo (MAS).

José Alexandre Althayde Hage é doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan Escola de Negócios/SP.

Considerando que o Brasil deveria ter responsabilidade sobre a sorte indígena boliviana, Morales fez o Decreto Supremo, de maio de 2006, que nacionaliza os insumos e a produção. A história é deveras conhecida.

Atualmente, a situação brasileira é delicada. O país incentivou largamente o uso do gás natural sem ter reservas suficientes em território nacional. Não se cogitava ainda a exploração em Santos, pois seus custos são altíssimos. A importação do elemento boliviano valia mais a pena do ponto de vista econômico. Eis uma questão séria na vida governamental brasileira: o gás boliviano valia a pena economicamente, mas seus contratemplos políticos não tinham sido vislumbrados nem como fruto de estudos de cenários.

A Petrobras, depois de muito conflito, mal-entendidos e debates deve voltar a investir na Bolívia. Será congruente a estatal voltar a investir nos Andes apesar de tudo? O problema real é que não há saída neste momento. A produção nacional de gás é muito baixa para contemplar o consumo interno. Santos só será viável a partir de 2012, 2013, quando houver maturação da bacia.



Por outro lado, a dependência já foi feita. Há setores da economia nacional que dependem do gás importado. Se o Brasil esquecer a Bolívia ficará em maus termos com a sociedade interna, já que foram os governos federais que mais incentivaram o uso do combustível boliviano. A alternativa de integração física sul-americana é um risco que tem de ser calculado. Dificilmente alguém do Planalto nos anos 1990 levou isso em consideração, o que é uma lei de ouro da política. ■

www.tnsustentavel.com.br
www.tnsustentavel.com.br
www.tnsustentavel.com.br
www.tnsustentavel.com.br
www.tnsustentavel.com.br